

Perfil dos professores de ensino religioso do Amapá

Profile of teachers religious education of the Amapá

*Alysson Brabo Antero*¹
*Marcos Vinicius de Freitas Reis*²

Resumo

O artigo versa sobre o perfil dos professores de Ensino Religioso do Estado do Amapá. Com o propósito de apresentar um conjunto de informações sobre esses profissionais, realizou-se uma pesquisa de campo de caráter quantitativo. Ao final da investigação, pode-se inferir que o Amapá ajuda a consolidar uma tendência entre os 07 Estados da Região Norte: escolarização do Ensino Religioso. Por outro lado, constatou também que é preciso enfrentar os desafios da profissionalização e da formação inicial e continuada. Por fim, o trabalho cumpre um papel científico de oferecer um exame crítico do quadro vigente dos professores de Ensino Religioso.

Palavras-chave: Educação; Ensino religioso; Professores.

Abstract

The article deals with the profile of Religious Education teachers in the State of Amapá. In order to present a set of information about these professionals, a quantitative field research was carried out. At the end of the investigation, it can be inferred that Amapá helps to consolidate a trend among the 7 States in the Northern Region: schooling in Religious Education. On the other hand, he also found that it is necessary to face the challenges of professionalization and initial and continuing training. Finally, the work plays a scientific role in offering a critical examination of the current staff of Religious Education teachers.

Keywords: Education; Religious education; Teachers.

¹ Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá. Mestre e graduação em Ciências da Religião (UEPA). E-mail: alysson.edu@gmail.com

² Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, atuando também no Curso de Pós-Graduação em História Social – UNIFAP e no Curso de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA). E-mail para contato: marcosvinicius5@yahoo.com.br

Introdução

Historicamente, a educação no Brasil foi um instrumento usado pelos colonizadores e donos do poder para legitimar e perpetuar a dominação sob os povos colonizados (CECCHETTI; POZZER, 2015). A Igreja Católica foi fundamental no processo de colonização no Brasil. A catequização realizada entre os índios, escravos e trabalhadores tinham intuito de ensinar os valores ocidentais, cristãos, europeus, por entenderem que era um modelo de sociedade civilizatrio.

Com a Proclamação da República em 1889, o professor antes visto com referências religiosas “sacerdotes da religião educativa”, “missionários do ABC”, paulatinamente foi transformado em funcionário do Estado adquirindo um certo estatuto socioprofissional (CARON, 2008). Isto é, esperava-se do docente neste período que os ensinamentos estivessem em consonância com os interesses do clero catolico. O objetivo que por meio da educação brasileira os valores catolicos fossem disseminados.

Ao longo da História as a es estatais pensadas para o campo educacionais sempre tiveram interferência da Igreja Catolico. A formação de professores, material didático, curriculum, gestão escolar, dentre outras políticas públicas deveriam reproduzir a lógica cristã. O ensino religioso foi defendido e executado como o ensino da religião catolico.

Com o avanço do pluralismo religioso no Brasil, outras instituições religiosas, a exemplo dos evangélicos, começam a reivindicar que o espaço escolar e o ensino religioso não pode apenas reproduzir os ensinamentos catolicos. A escola precisa abarcar os valores cristãos como um todo. O ensino religioso é o ensino dos valores cristãos e não apenas de uma única religião.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 sugeria que os entes da federação investissem na formação de professores em todas as áreas do conhecimento. Entretanto, o ensino religioso nunca foi contemplado. Isto pode ser explicado pela razão do ensino religioso ser algo de

responsabilidade das instituições religiosas, desvalorização deste profissional por ter apenas uma aula semanal ou a falta de percepção da função deste docente nas dependências das escolas. (RODRIGUES, 2015).

A trajetória funcional desses professores de ensino religioso foi marcada pela ausência de curso de formação em nível graduação. Como tentativa de suprir essa carência, muitos educadores procuravam participar de cursos de extensão/capacitação. A questão é que tais cursos apesar de qualificar, não graduavam e com isso não conseguiam prestar concurso público e seguir uma carreira profissional como professores de Ensino Religioso (OLIVEIRA et al, 2007).

Soma-se a isso, a naturalização da distribuição da disciplina entre profissionais com carga horária baixa ou que a direção visualize algum estereótipo de religioso(a). Como consequência, no imaginário coletivo tem-se a impressão que qualquer pessoa pode ministrar aulas de Ensino Religioso como se a disciplina fosse área de todos e ao mesmo tempo de ninguém (SILVA, 2010).

Com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi definido que a ciência base para o ensino religioso é a ciência da religião. A escolha deu-se em função desta área do conhecimento trabalhar com o fenômeno religioso. O intuito de trabalhar com o aluno em sala de aula como a religião influencia a lógica de funcionamento da sociedade e a subjetividade das pessoas, em um contexto plural de religiões e religiosidades. A ideia é a defesa da laicidade, combate a qualquer forma de intolerância e racismo religioso.

Diante dessas ponderações, o lócus esta pesquisa é o Estado do Amapá. O objetivo do presente texto é conhecer o perfil dos profissionais de Ensino Religioso no extremo norte do Brasil. Realizou-se, assim, uma pesquisa de natureza quantitativa com professores que atuam com o componente no Estado do Amapá. Os resultados expomos nesse artigo apresentando, num primeiro momento, os aspectos históricos do Ensino Religioso no Amapá, posteriormente

descreve-se os procedimentos metodológicos e faz-se a análise crítica dos dados da investigação, seguida de algumas ponderações à guisa de conclusão.

O componente Ensino Religioso no Estado do Amapá

Situado no extremo norte do Brasil, o Amapá é um Estado relativamente novo, tornou-se unidade federativa em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. Por outro lado, seu território possui um legado de mais de dois séculos de história. Nesse período, essas terras foram palco de encontro de europeus, africanos e índios que mediante seus contatos e delimitação de suas fronteiras contribuíram, não sem conflito, para forjar “o edifício social da Amazônia” (SALLES, 1971, p. 80).

A população estimada do Amapá em 2019 foi de aproximadamente 850 mil habitantes, distribuídos em dezesseis municípios. Seis Rodovias. O Estado é o penúltimo mais populoso tanto da região norte quanto do país³. O Estado do Amapá é o único estado do Brasil que é cortada pela linha do equador e banhada pelo rio Amazonas.

Por sua vez, Macapá, capital do Estado, é a quinta cidade mais populosa da região norte, com mais 500 mil habitantes. Macapá é uma cidade cercada e entrecortada por áreas alagadas e de lagoas, chamadas "áreas de ressaca" que, devido ao crescimento desordenado e a falta de uma política de habitação, a população mais carente edificou moradias nessas áreas, tornando-as verdadeiros bolsões de pobreza.

A área central da cidade abriga instituições públicas e comerciais, além de alguns pontos turísticos como a Casa do Artesão, Fortaleza de São José, Teatro das Bacabeiras e a Igreja de São José de Macapá, entre outros. Dois fatos tornam a cidade de Macapá diferentes de todas as outras capitais do Brasil: é a única capital cortada pela linha imaginária do equador e banhada pela maior bacia hidrográfica do mundo, o rio Amazonas.

³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>>

O Amapá como única unidade federativa do Brasil que não é interligada com outras por via terrestre, o rio tornou-se a principal porta de entrada e saída. Pelo rio Amazonas chegam produtos naturais e industrializados que abastecem as feiras e o comércio local. Da mesma forma, os recursos minerais do Amapá são transportados em grandes navios que ganham o oceano Atlântico, levando em seus containers nossas matérias primas para serem manufaturadas em outros países.

No campo religioso os últimos censos apontam para uma prevalência da religião cristã: catolicismo, seguido das diferentes denominações protestantes. Tem-se registro de espíritas, sem religião e afro-religiosos. Há também, diversas práticas que nem sempre são detectadas pelas pesquisas, mas influenciam a vida religiosa da população, como por exemplo, a pajelança e as inúmeras festas de santos, que apesar de toda uma exterioridade católica, na prática, acontecem à revelia do controle eclesiástico, predominando nessas festividades características da religiosidade à brasileira (Cf. ANTERO, 2015).

No que pese ao Ensino Religioso no Amapá, a história desse componente pode ser dividida em duas grandes fases: de 1975 a 2004, quando prevaleceu um modelo confessional e, de 2005 em diante, com um modelo fenomenológico, científico (Cf. VULCÃO, 2016). E podemos pensar em uma terceira fase com a implementação da BNCC Amapá a partir de 2019.

Para a autora supracitada, a primeira fase foi marcada pela influência de setores religiosos externos à escola, sobretudo a igreja católica, determinando os conteúdos, as práticas metodológicas e até indicando os professores para atuar com a disciplina. O divisor de águas foi a oferta de concurso público para professor de Ensino Religioso em 2005.

Conforme Santos e Seibt (2014), entre os Estados da região norte, o Amapá foi primeiro a ofertar concurso público para professor de Ensino Religioso em consonância com os pressupostos e dispositivos legais. Em decorrência, teoricamente, o concurso público de 2005, representou o fim da

influência da igreja católica sobre o Ensino Religioso e inseriu nas escolas públicas professores graduados em nível superior (Cf. VULCÃO, 2016).

Não obstante, um estudo recente sobre os professores de Ensino Religioso no Amapá, revelou que apesar de graduados, 88% não possuem formação inicial na área de Ciências da Religião e o Sistema de Ensino Estadual, pouco faz para oferecer aos profissionais capacitação em serviço, mesmo existindo legislação estadual que prever cursos de formação, Resolução 14/06 CEE/AP (Cf. ANTERO, 2019).

O documento mais recente sobre o componente curricular Ensino Religioso no Amapá é o *Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e ensino fundamental* de 2019, construído conforme as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Isso posto, o Ensino Religioso no Amapá, lentamente, vai assumindo características de disciplina escolar através da contratação de professores por meio de concurso público e estabelecendo uma diretriz curricular de base fenomenológica.

Nessa esteira, espera-se dos professores que trabalham com Ensino Religioso posturas didático-pedagógicas a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégios de crenças ou convicção, em consonância com o artigo 33 da LDB/96 e alinhados as aprendizagens essenciais definidas nas competências e habilidades da área e do componente Ensino Religioso descritas na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular Amapaense.

Procedimentos Metodológicos

Para Donizete Rodrigues (2018), na elaboração de um trabalho científico, a escolha do método (quantitativo ou qualitativo) é imprescindível. Essa escolha passa fundamentalmente pelos objetivos que se pretende com a investigação.

Em perspectiva semelhante, Volney Berkenbrock (2018, p. 259) afirma que

A adequação de um método está muito mais ligada aos objetivos que se pretende atingir na pesquisa do que ao método propriamente dito. [...] É nisto que se deve concentrar a escolha do método: sua adequabilidade a cada caso específico.

Com efeito, com o propósito de traçar o perfil docente dos profissionais que atuam com o Ensino Religioso no Amapá, em suas variáveis pessoais, funcionais e trabalhistas, consideramos que o método que melhor se adequava era o quantitativo. Essa escolha, porém, não significou menosprezar a reflexão teórica que, aliás, é uma das fases da abordagem quantitativa (Cf. NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2018).

Em decorrência, conciliamos com o método quantitativo uma pesquisa bibliográfica a fim de atualizar o que se tem apresentado sobre o professor no âmbito das pesquisas em educação, além de construir um marco teórico de apoio a investigação.

Entre os instrumentos usados na investigação, adotamos o diário de campo e o questionário para colhermos as informações junto com os professores que consentiram participar da pesquisa. O ordenamento, a sistematização, a análise dos conteúdos e posterior apresentação dos resultados em gráficos e tabelas usamos notebook, calculadora, planilha eletrônica e softwares.

Concordando que quanto mais se restringe o campo de investigação melhor e com mais segurança se desenvolve o trabalho, nosso objeto de investigação limitou-se aos professores de Ensino Religioso da Educação Básica, da rede estadual de ensino e que trabalham nos anos finais de Ensino Fundamental.

Quanto ao âmbito geográfico, a pesquisa envolveu professores que atuam em escolas estaduais nos municípios de Macapá, Santana, Calçoene e Oiapoque. Ao todo foram visitadas 51 escolas, sendo que 41 professores responderam ao nosso questionário.

Finalmente, por não cobrirmos todos os municípios do Estado do Amapá, a pesquisa não será usada como amostra conclusiva, porém, por

envolver profissionais que atuam com Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais, o resultado se constitui um rico painel de informações com potencial de orientar novas pesquisas. Assim, este trabalho cumpre um papel científico de oferecer um exame crítico do quadro vigente dos professores de Ensino Religioso do Estado do Amapá.

Perfil dos professores de Ensino Religioso do Estado Amapá

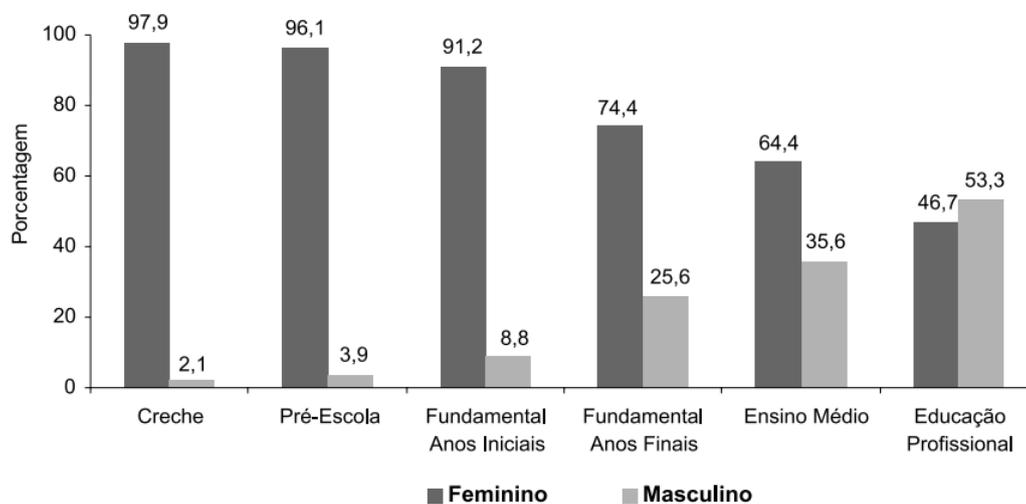
Segundo dados do portal da transparência do governo do Amapá⁴, o quadro de pessoal do sistema público estadual de educação ultrapassa a casa de 10.000 servidores, desses, 88 são profissionais que atuam com componente curricular Ensino Religioso. Nas próximas linhas, segue uma análise sobre o perfil desses profissionais em seus aspectos pessoais, funcionais e trabalhistas.

Um estudo realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2003), sobre a situação dos trabalhadores (as) da Educação Básica no Brasil, nos primeiros anos do século XXI, apontou que a maioria dos profissionais é composta por mulheres, isto é, 83%.

Outro estudo mais detalhado sobre o professor brasileiro, com base nos dados do censo escolar da educação básica de 2007, chega a resultado semelhante: 81,6%. Esta pesquisa revela, ainda, que o perfil majoritariamente feminino se altera conforme se caminha da educação infantil para o ensino médio e educação profissional (INEP, 2009), demonstrado no gráfico 1.

⁴ Disponível em: <<http://www.transparencia.ap.gov.br/consulta/3/3/pessoal/cargo/detalhes/2>>

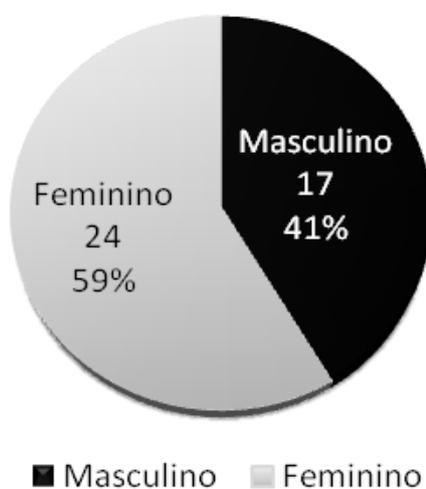
Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica, segundo o sexo –
Brasil/2007



Fonte: MEC/Inep/Deed

Comparando a amostra nacional de professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental (74,4% mulheres e 25,6% homens) com os resultados da pesquisa realizada no Amapá, com profissionais que trabalham na mesma etapa de ensino, por sua vez com Ensino Religioso, percebe-se que nesse Estado a docência é também, sobretudo, feminina, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Professores de Ensino Religioso, segundo o sexo – Amapá/2019



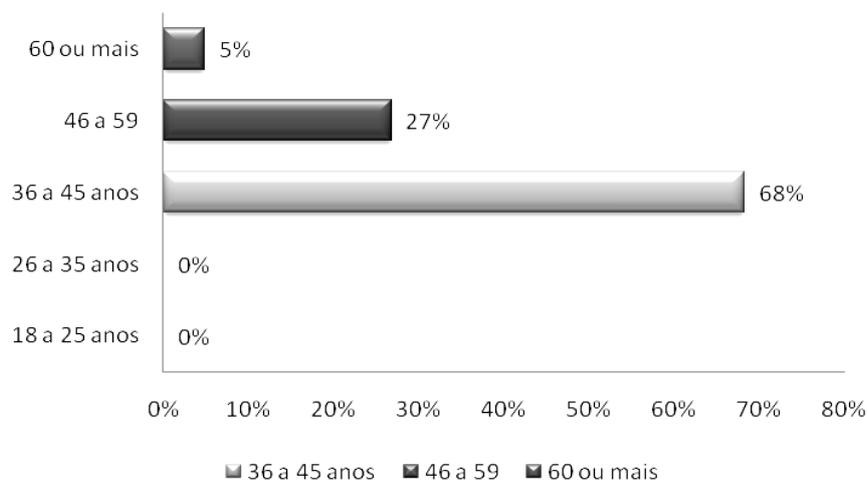
Fonte: Alysson Antero.

Evidencia-se que no Amapá há mais docentes mulheres 24 (59%) do que homens 17 (41%) atuando com Ensino Religioso, acompanhando a tendência nacional de predominância feminina atuando nos anos finais do ensino fundamental.

A presença de mais mulheres do que homens para as aulas de ensino religioso pode ser explicado pelo fato da disciplina sempre ser associado como algo feminino. A função da docência sempre foi associada as habilidades e competência do cuidado das crianças. A professora foi pensada para realizar os cuidados da mãe no ambiente escolar. Em especial, os professores de ensino religioso educariam os filhos a luz dos ensinamentos cristãos.

No tocante a variável idade, a média dos docentes de Ensino Religioso no Amapá é de 44,1 anos. Tal resultado é superior à média nacional dos profissionais que atuam na Educação Básica que é de 40,1 anos (INEP, 2017). A pesquisa no Amapá revelou que há um acúmulo de professores de Ensino Religioso na faixa etária de 36 a 45 anos, digo, 28 (68%), seguida da faixa etária de 46 a 59 anos: 11 (27%). O menor percentual está na faixa etária de 60 anos ou mais: 2 (5%), não houve registro de professores na faixa etária de 18 a 25 anos e de 26 a 35 anos. Veja o gráfico 3.

Gráfico 3 – Professores de Ensino Religioso, segundo a idade – Amapá/2019

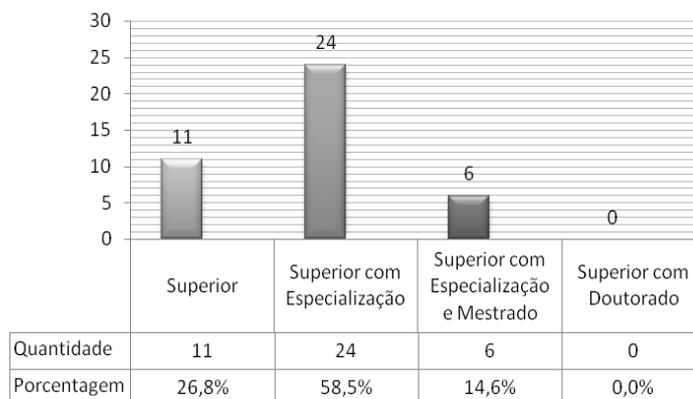


Fonte: Alysson Antero.

Percebe-se, diante desses dados, que os docentes de Ensino Religioso não são profissionais jovens, pois nenhum professor (a) possui menos que 35 anos, em contrapartida, não se pode afirmar que a maioria dos professores são idosos, uma vez que apenas 5% disseram ter mais de 60 anos, idade na qual uma pessoa passa a ser considerada idosa no Brasil⁵. Ao seu turno, pode-se inferir que a maioria dos professores (95%) se encontra na fase adulta, com média de idade de 44,1 anos. Isto mostra o interesse de jovens pela área do ensino religioso. Com a desvalorização do estado pela formação e importância deste conteúdo muitas pessoas procuram outras áreas do conhecimento. Há estado que não tem ensino religioso em algumas séries do ensino fundamental. Não temos ensino religioso no ensino médio e poucas universidades oferecem a graduação em ciência da religião.

A questão da escolaridade é outro elemento bem interessante de ser analisado. Sobre a escolaridade a pesquisa revelou que 11 (26,8%) possuem nível superior, 24 (58,5%) nível superior com pós-graduação *lato sensu* (especialização) e 6 (14,6%) nível superior com pós-graduação *scripto sensu* (mestrado).

Gráfico 4 – Professores de Ensino Religioso, segundo a escolaridade – Amapá/2019



Fonte: Alysson Antero.

⁵ Estatuto do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>

Sobre esses resultados é possível concluir que 3/4 (73,1%) dos professores avançaram nos estudos e possuem titulação em nível de pós-graduação (especialização e mestrado). Enquanto que apenas um 1/4 (26,8%) dos profissionais pararam na graduação.

No Amapá, o avanço nos estudos, além de gerar expectativa de capacitação, proporciona também na vida do professor (a) um ganho financeiro, pois, o plano de cargos e carreira do magistério do Amapá prevê um acréscimo no vencimento base conforme se progride na escolaridade.

O baixo número de docentes de ensino religioso com formação em pós-graduação pode ser entendido pela baixa oferta de cursos de especialização, mestrado e doutorado no Estado do Amapá.

Com relação a formação acadêmica inicial dos professores que atuam com Ensino Religioso no Amapá verificou-se que dos 41 professores, 11 (27%), possuem mais de um curso de formação superior. Para não excluir nenhuma resposta, apresenta-se uma tabela onde todas as graduações informadas foram consideradas.

Dessa forma, a quantidade total de cursos ultrapassa o número de professores. Apesar disso, os resultados não distorcem a realidade do campo, antes, facilita visualizar a formação acadêmica inicial dos professores:

Tabela 1 – Professores de Ensino Religioso, segundo a formação acadêmica – Amapá/2019

Formação em nível superior	Quantidade
Ciências Sociais	14
Pedagogia	13
Teologia	8
Ciências da Religião/Educação Religiosa	5
Filosofia	4
História	4
Direito	3
Matemática	2
Sociologia	1
Jornalismo	1
TOTAL	55

Fonte: Alysson Antero.

Tais resultados nos permitem inferir que 36 (88%) dos professores não possuem formação inicial em Ciências da Religião. Os cursos de graduação em Ciências Sociais e Pedagogia são os mais comuns entre os docentes. Somente 5 (12%) dos professores possuem formação inicial na área de Ciências da Religião.

Considerando que no Amapá nenhuma instituição de ensino superior pública oferece curso em nível de graduação para formar docentes para o Ensino Religioso, é de se esperar que professores de outras áreas acabem assumindo a pasta.

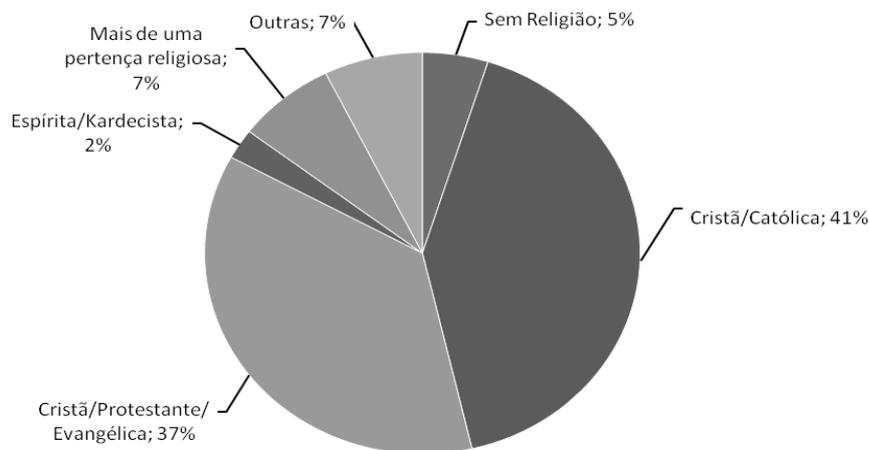
Essa diversidade de professores de diferentes áreas e cursos atuando no Ensino Religioso não é um caso circunscrito ao Amapá. Uma pesquisa realizada na região nordeste, no Estado da Paraíba, apresenta aspecto semelhante, professores formados em pedagogia, história, geografia, letras e biologia ministrando aulas de Ensino Religioso (ARAÚJO, 2014).

Para o professor Marinilson Silva (2010), essa conjuntura infelizmente reforça no imaginário coletivo a ideia que qualquer pessoa pode ministrar aulas de Ensino Religioso como se a disciplina fosse área de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

Houveram reuniões com a secretaria estadual do Estado do Amapá, secretária municipal de Macapá, universidade federal do Amapá, Universidade Estadual do Amapá, e outras instituições públicas e privadas para a articulação da oferta do curso de graduação em ciências da religião. Não houve interesse destas instituições e de segmentos da sociedade civil para esta política pública.

Com relação à pertença religiosa, a pesquisa demonstrou 17 (41%) dos professores são cristãos católicos, 15 (37%) cristãos protestantes/evangélicos, 1 (2%) Espíritas/Kardecistas, 2 (5%) sem religião, 3 (7%) declarou ter mais de uma pertença religiosa e 3 (7%) declararam ter outros pertencimentos religiosos, não especificados no questionário:

Gráfico 5 – Professores de Ensino Religioso, segundo a pertença religiosa – Amapá/2019



Fonte: Alysson Antero.

Os dados do gráfico acima demonstram que a expressiva maioria dos professores de Ensino Religioso do Amapá identifica-se como cristãos, somando os 41% de católicos com 37% de protestantes/evangélicos, tem-se, um total de 78%.

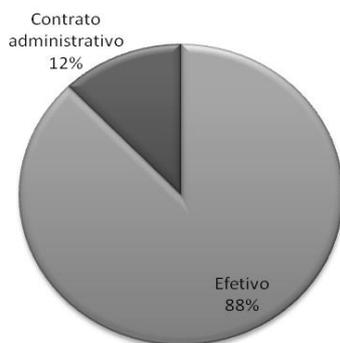
Apesar dessa prevalência, verifica-se que para 22% a fé cristã não se constitui o pilar da pertença religiosa, dessa maneira, foi possível identificar espíritas, sem religião, os que reivindicam duplo ou múltiplo pertencimento religioso e que responderam outras, como por exemplo, a igreja messiânica. Percebe-se assim, que há uma pluralidade de pertença religiosa entre profissionais de Ensino Religioso.

Os dados nos mostram que o ensino religioso não pode ser vinculado a nenhuma crença religiosa. Pouco importa a religiosidade do docente. O professor precisa trabalhar a pluralidade religiosa e a defesa do Estado laico e democrático.

O artigo 67 da LDB/96 expressa que um dos critérios para contratação de professores é a aprovação em concurso público de provas e títulos. Entre os Estados da região norte, o Amapá foi o primeiro a contratar professores de Ensino Religioso mediante concurso público (SANTOS e SEIBT, 2014, p 380).

Sobre o vínculo trabalhista dos profissionais que atuam com o Ensino Religioso no Amapá, a pesquisa aferiu que 36 (88%) são efetivos e 5 (12%) contratos administrativos:

Gráfico 6 – Professores de Ensino Religioso, segundo o vínculo trabalhista – Amapá/2019



Fonte: Alysson Antero.

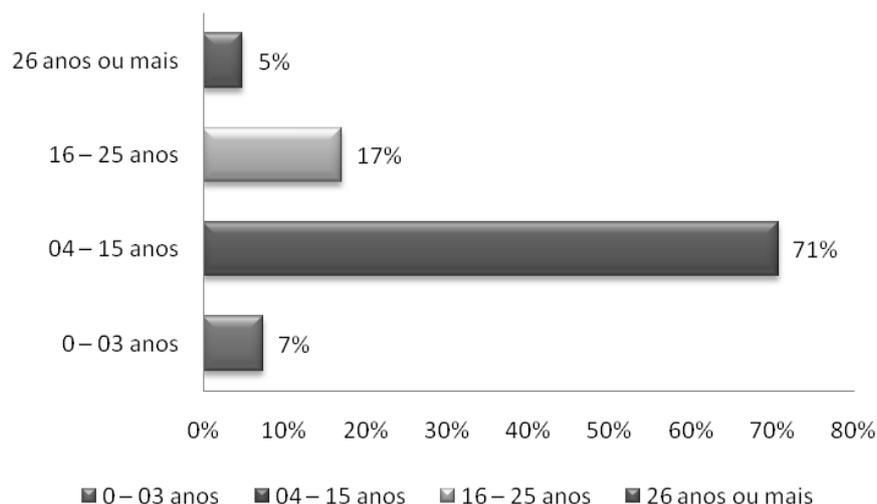
Com os dois concursos públicos organizados pelo poder executivo (2005 e 2012), o Estado do Amapá avança no quesito profissionalização e supera o período em que agentes externos à escola indicavam quem deveria ministrar as aulas de Ensino Religioso.

Com efeito, os dados da pesquisa confirmam essa tendência ao revelar que apenas 12% dos professores estão na profissão mediante contrato administrativo, enquanto que a maioria, 88%, é servidor concursado, com vínculo efetivo, que garante estabilidade e prosseguimento na carreira docente. Os dados mostram da necessidade dos municípios e dos Estados realizarem concursos para o profissional da área da ciência da religião. Cabe este profissional a responsabilidade teórica e metodológica de como pensar uma transposição didática a luz das orientações da BNCC para o aluno nos dias atuais.

Com relação ao tempo de serviço, a pesquisa revelou que 29 (71%) dos profissionais possuem entre 04 a 15 anos de docência. Em seguida aparece, com 7 (17%) os que possuem entre 16 a 25 anos de magistério. O terceiro grupo é

formado pelos professores que tem até 03 anos na profissão, 3 (7%) e, por fim, 2 (5%) dos professores possuem 26 anos ou mais de tempo de serviço:

Gráfico 7 – Professores de Ensino Religioso, segundo o tempo de serviço – Amapá/2019



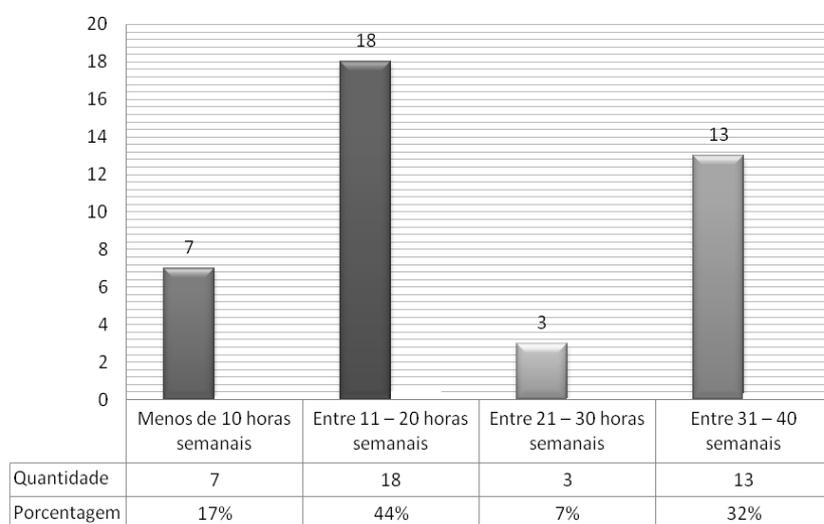
Fonte: Alysson Antero.

Pelos resultados vê-se que quase 3/4 (71%) dos professores encontram-se no meio da carreira docente, indicando que ainda terão uma longa jornada de atuação. Foi possível averiguar ainda que os professores que possuem 26 anos ou mais (5%) e 0 a 3 anos (7%) de tempo de serviço estão exercendo suas funções na administração pública via contato administrativo.

O Estatuto do Magistério do Estado do Amapá especifica que das 40h semanais de trabalho, 24 devem ser cumpridas em sala de aula e 16 em atividades de planejamento, reuniões, correções de provas e outras atividades correlatas.

A pesquisa em campo demonstrou que 18 (44%) dos professores trabalham com uma carga horária entre 11 e 20 horas semanais. 13 (32%) responderam que trabalham entre 31 às 40h semanais na escola. Por sua vez, 7 (17%) arguíram que trabalham menos de 10 horas semanais e por fim, 3 (7%) disseram que trabalham entre 21 a 30 horas semanais na escola:

Gráfico 8 – Professores de Ensino religioso, segundo a carga horária – Amapá/2019



Fonte: Alysso Antero.

Os resultados da pesquisa, nesses contextos, demonstram que mais de 1/4 (32%) dos profissionais trabalham com uma carga horária superior ao estabelecido pelo estatuto do magistério. Professores que apresentam carga horária baixa, mais de 2/4, para não ter que ir para outra escola, acabam assumindo outras funções para complementar a carga horária.

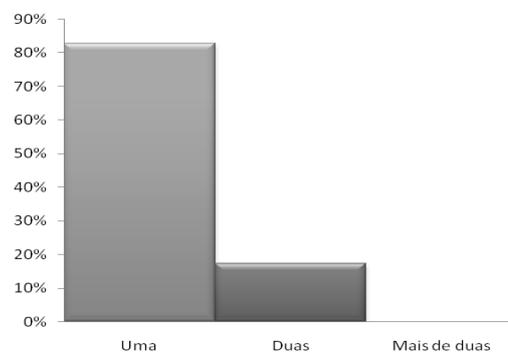
Conseqüentemente, alguns professores além de darem aula de Ensino Religioso assumem outras disciplinas com carência, apóiam a coordenação em dias alternados, coordenam projetos pedagógicos da escola entre outras atividades, extrapolando o número de horas trabalhadas.

É significativo ressaltar que no trabalho docente, conforme expressa acertadamente Souza *apud* Gatti e Barreto (2009), o número de horas semanais efetivamente trabalhadas costuma ultrapassar o número de horas-aula informadas, pois, o tempo empregado na preparação das aulas, correções de provas, estudos realizados fora do horário escolar deveriam ser acrescidos ao tempo de ensino para melhor dimensionar a jornada semanal de trabalho dos docentes.

O ideal que o professor de ensino religioso tivesse no mínimo duas horas aulas em cada turma. As habilidades e competências que o professor precisa trabalhar com os alunos previstos na BNCC Amapá é elevada para a baixa carga horária prevista pelo conselho estadual de educação amapaense.

Em relação ao número de escolas em que trabalham, a ampla maioria dos professores, 34 (83%) atuam em uma única escola e 7 (17%) atuam em duas escolas e nenhum trabalha em mais de duas escolas:

Gráfico 9 – Professores de Ensino Religioso, segundo o número de escolas em que trabalham – Amapá/2019



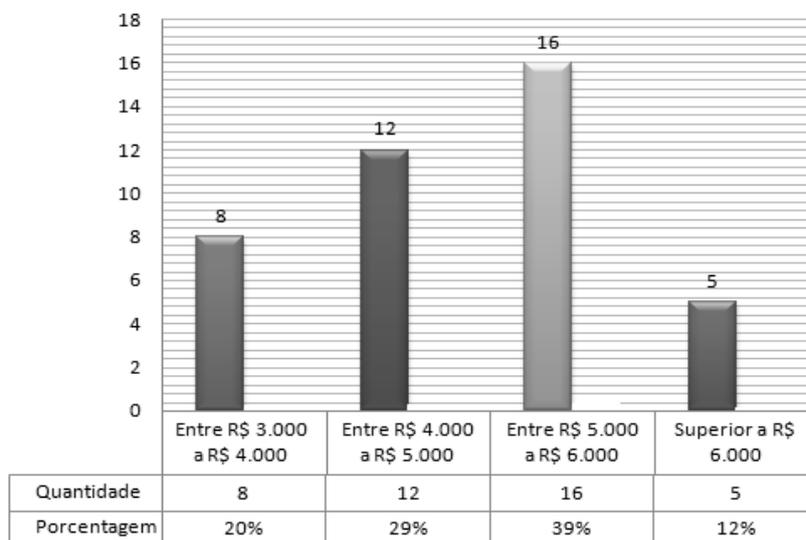
Fonte: Alysson Antero.

O resultado da pesquisa entre os professores de Ensino Religioso dos anos finais do Ensino Fundamental no Amapá se aproxima da amostra nacional feita com os professores da educação básica, que aponta 78,3% dos docentes que atuam em uma escola e 21,7% atuam em duas ou mais escolas (INEP, 2017).

O piso salarial do magistério estabelecido pelo governo federal a vigorar no ano de 2019 foi de R\$ 2.557,74. No Amapá, o governo estadual vem adotando uma pífia política de reajuste linear para servidores estaduais de educação, que se somar os últimos 5 anos a categoria do magistério teve mais perdas do que ganhos.

Não obstante, a pesquisa demonstrou que 8 (20%) recebem valores entre R\$ 3.000 a 4.000, 12 (29%) recebem entre R\$ 4.000 a 5.000, 16 (39%) ganham entre R\$ 5.000 a 6.000 e 5 (12%) recebem remuneração bruta superior a R\$ 6.000 por 40h semanais de trabalho:

Gráfico 10 – Professores de Ensino Religioso, segundo a remuneração – Amapá/2019



Fonte: Alysso Antero.

Diante dos dados da pesquisa, estamos autorizados a concluir que quase 3/4 (68%) dos professores recebem, em média, R\$ 5.000 de remuneração bruta. Enquanto que, na porção que abrange um pouco mais de 1/4 (32%) estão os que ganham de R\$ 3.000 a R\$ 4.000 e os que recebem superior a R\$ 6.000.

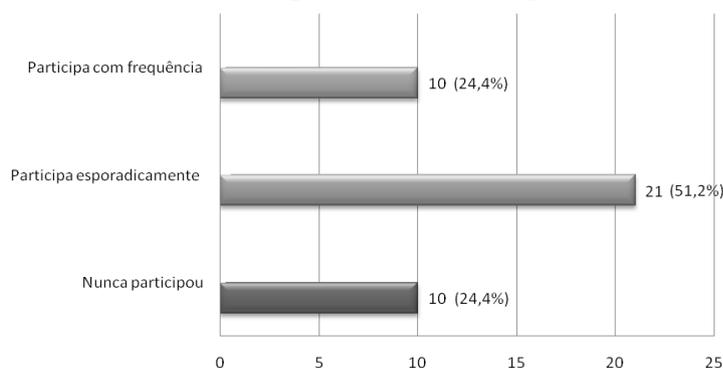
A pesquisa pode constatar ainda que os professores que recebem menor remuneração são os que trabalham por contrato administrativo e/ou possuem uma carga horária de 20 a 30 horas semanais. Na outra ponta, os profissionais que ganham superior a R\$ 6.000 são os que possuem mais tempo de serviço ou grau de escolaridade.

Em alguns Estados brasileiros, na ausência de universidades que ofereça cursos de nível superior para formar professores de Ensino Religioso, os sistemas de ensino estadual e municipal, através de parcerias, procuraram suprir a carência de formação através de cursos de capacitação em serviços. Foi assim em Santa Catarina (Cf. OLIVEIRA, 2008), na Paraíba (Cf. SILVA; SILVA; HOMES, 2008) e em Rondônia (Cf. MARTINS, 2008) para citar alguns Estados.

No Amapá não há instituições de ensino superior, público e privada, que ofereçam formação específica para atuar no Ensino Religioso. Não obstante, a resolução 14 CEE/AP de 2006 prevê a oferta de cursos de capacitação em serviço aos docentes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Em face do acima exposto, a última pergunta da pesquisa foi sobre a participação em cursos de formação continuada na área de Ensino Religioso, o resultado foi o seguinte: 10 (24,4%) nunca participaram, 21 (51,2%) participam esporadicamente e 10 (24,4) participam com frequência:

Gráfico 11 – Professores de Ensino Religioso, segundo a participação em cursos de capacitação – Amapá/2019



Fonte: Alysson Antero.

Os dados do gráfico acima nos permitem inferir que quase 1/4 (24,4%) dos profissionais nunca participou de cursos de capacitação em serviço, evidenciando que o Estado não cumpre a Resolução 14/06 CEE/AP, no que diz respeito à oferta de formação continuada.

Por outro lado, se somarmos os que participam esporadicamente e com frequência de cursos de capacitação, chega-se a um percentual de 75,6%. Diante de tal resultado é possível concluir que os docentes, por sua própria conta e com recursos próprios, buscam se capacitar e se aperfeiçoar para melhor atuarem como professores de Ensino Religioso.

Essa proposição é reiterada por Caron (2008) e Oliveira *et al* (2007) quando expõem que os professores de Ensino Religioso expressam um esforço

permanente na busca por formação e, na maioria das vezes, retiram dos seus próprios recursos financeiros para financiar a capacitação.

Como última instância sobre esse assunto, em 2019, a Secretaria de Educação do Amapá executou o *I Encontro Formativo sobre Referencial Curricular Amapaense alinhado à Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental*. O componente curricular Ensino Religioso foi inserido e os professores da pasta tiveram a oportunidade de participar dos encontros formativos. Com efeito, esta é a primeira formação organizada e coordenada pela Secretaria de Educação que atinge os docentes de Ensino Religioso, mais impulsionada pela BNCC do que pelo interesse da Secretaria de Educação do Amapá.

À guisa de Conclusão

Este trabalho nasceu da disposição de conhecer o perfil dos professores que atuam com Ensino Religioso no Estado do Amapá. Por meio de uma pesquisa de campo, de caráter quantitativo, conseguimos aplicar o questionário de perguntas a 41 professores que atuam em escolas públicas estaduais.

Nessa direção, a partir dos resultados expostos ao longo do trabalho, estamos autorizados a concluir que o Amapá ajuda a consolidar uma tendência entre os 07 Estados da Região Norte: a escolarização do Ensino Religioso. Por outro lado, ainda têm enormes desafios a enfrentar, tais como: carência de professores com habilitação específica, proporcionar formação inicial e continuada, valorização dos docentes através da profissionalização e plano de saúde, além das questões epistemológicas da transposição didática (SANTOS; SEIBT, 2014, p 381).

Finalmente, entendemos que o trabalho cumpre um papel científico de oferecer um exame crítico do quadro atual dos professores de Ensino Religioso. Ao mesmo tempo, reconhecemos que vários dados não foram abordados, como: o professor(a) exerce outra atividade econômica além da docência? Mora em

casa própria ou alugada? Possui perfil sedentário? Pratica atividade física? Já teve que se afastar da escola por conta de problemas de saúde adquiridos no ambiente de trabalho? Possui computador com acesso a internet em sua casa? Costuma ir a atividades culturais?

Em suma, todas essas questões ajudariam a aprofundar o conhecimento que se tem do profissional que atua com Ensino religioso e a compreender que esse (a) professor (a) é uma pessoa que vai além do magistério.

Referências

ANTERO, A. B. *A situação do Ensino Religioso no Amapá: perfil dos professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental*. In: 2º Simpósio Regional da ABHR Norte - Religiões e Religiosidades na Amazônia: dinamismo e resistências. Santarém-PA, 2019. (Comunicação oral).

ANTERO, A. B. *Tambores no Meio do Mundo: expressão de um catolicismo negro no Amapá*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – UEPA, p Belém-PA, p 120, 2015.

AMAPÁ. Resolução CEE/AP nº 014, de 15 de março de 2006. Dispõe sobre a oferta do Ensino Religioso no nível fundamental, do sistema de educacional do Estado do Amapá. Disponível em:

http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/ap_resolucao_14_06.pdf.

ARAÚJO, N. L. *O ciclo de vida da carreira profissional do docente do ensino religioso*. (Dissertação) – Mestrado em Ciências das Religiões. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p 112, 2014.

BERKENBROCK, V. J. Mapas lexicais e semânticos. In: Silveira, E.S. (org.). *Como estudar as religiões: metodologias e estratégias*. Petrópolis: Vozes, 2018.

CAMPOS, M. R. Profissão docente: novas perspectivas e desafios no contexto do século XXI. In: BALZANO, S (org.). *O desafio da profissionalização docente no Brasil e na América Latina*. Brasília: CONED, UNESCO, 2007.

CARON, L. Formação de Professores: um desafio presente na história da educação brasileira. In: OILIVEIRA, L. B.; RISKE-KOCH, S.; WICKERT, T. A. *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: tempos, espaços e lugares*. Blumenau: Edifurb, 2008. p. 62-71.

CNTE. *Relatório de pesquisa sobre a situação dos (as) trabalhadores (as) da educação básica*. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2003.

CECCHETTI, E. POZZER, A. Entre fechamentos e aberturas: o Ensino Religioso no currículo escolar. In: POZZER, Adedir et all. *Ensino religioso na educação básica: fundamentos epistemológicos e curriculares*. Obra comemorativa dos 20 anos do FONAPER. Florianópolis: *Saberes em Diálogo*, 2015. Disponível em:

0http://www.fonaper.com.br/docs/publicacoes/042018/er_na_eb_2015.pdf.

Acesso em: 02 jan. 2019.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UONESCO, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Brasília: Inep, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas*. Brasília: MEC/Inep, 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo escolar 2017: notas estatísticas*. Brasília: MEC/Inep, 2018.

MARTINS, M. W. Ensino Religioso em Rondônia: trilhas e caminhos. In: OILIVEIRA, L. B.; RISKE-KOCH, S.; WICKERT, T. A. *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: tempos, espaços e lugares*. Blumenau: Edifurb, 2008. p. 156-160.

NASCIMENTO, L. F.; CAVALCANTE, M. M. D. Abordagem quantitativa na pesquisa em educação: investigações no cotidiano escolar. *Tempos e Espaços em Educação, Sergipe*, v. 11, n. 25, p. 251-262, abr./jun. 2018. ISSN 2358-1425.

OLIVEIRA, L. B. et al. *Ensino Religioso no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, L. B. Ensino Religioso e formação docente: tempo, espaço e lugares em Santa Catarina. In: OILIVEIRA, L. B.; RISKE-KOCH, S.; WICKERT, T. A. *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: tempos, espaços e lugares*. Blumenau: Edifurb, 2008.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob regime da escravidão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv de Publicação [e] Univ. Federal do Pará, 1971.

SANTOS, R. O.; SEIBT, C. L. Ciências da Religião e o Ensino Religioso na Amazônia. *Pistis & Praxis, Curitiba*, v. 6, n. 2, p. 373-397, maio/ago 2014. ISSN 1984-3755

RODRIGUES, D. O antropólogo e o sagrado: trajetos etnográficos em contextos religiosos diferenciados. In: SILVEIRA, E.S. (org.). *Como estudar as religiões: metodologias e estratégias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

RODRIGUES, E. Formação de professores para o ensino de religião nas escolas: dilemas e perspectivas. *Ciências da Religião. Mackenzie Online*, v. 13, p. 19-46, 2015. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/viewFile/8886/6125>. Acesso em 28 dez. 2018.

SILVA, M. A. F.; SILVA, G. A.; HOMES, M. J. T. Ensino Religioso na Paraíba: relatos e experiências. In: OILIVEIRA, L. B.; RISKE-KOCH, S.; WICKERT, T. A. *Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: tempos, espaços e lugares*. Blumenau: Edifurb, 2008. p. 145-155.

SILVA, M. B. *Em busca do significado do ser professor de ensino religioso*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010.

VULCÃO, M. L. S. *O Ensino Religioso no Amapá: uma disciplina em construção*.
Dissertação (Mestrado em Educação) – UFG, Cantão-GO, 2016.

Recebido em 12-11-2020.
Aprovado em 15-12-2020.